

Manifestação de repúdio ao Relatório Final da CPI FUNAI e INCRA 2

O Departamento de Antropologia (DAN) e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/DAN) da Universidade de Brasília (UnB) manifestam publicamente seu repúdio ao Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) FUNAI e INCRA 2, sob a relatoria do Deputado Nilson Leitão (PSDB/MT), e expressam seu apoio aos profissionais, pesquisadores, indígenas, quilombolas, dentre outros cidadãos e servidores públicos, citados para indiciamento pelo relatório e que sequer foram ouvidos no âmbito da CPI ou tiveram o direito ao contraditório observado.

O relatório desta CPI, com 3.385 páginas, é um documento claramente ideológico, pleno de inverdades e erros crassos, que revela ausência do mais elementar conhecimento sobre a história e realidade presente das comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, além de uma agenda explicitamente alinhada com a proposta de revisão e retrocesso dos direitos conquistados na Constituição de 1988. Neste sentido, é parte de uma campanha que objetiva destruir a reputação de pessoas e instituições públicas e da sociedade civil e prejudicar gravemente os trabalhos técnicos conduzidos por antropólogas e antropólogos para o reconhecimento e regularização de terras indígenas e de comunidades quilombolas no Brasil. O relatório representa um ataque aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Nós, comunidade acadêmica do DAN, repudiamos veementemente essa tentativa de criminalizar a investigação e a produção de conhecimento em ciências sociais e, em especial, na antropologia, assim como perseguir pessoalmente pesquisadores que pautam sua atuação por critérios acadêmicos e éticos reconhecidos por todos os seus pares. Este é um ponto fundamental: as acusações apresentadas no relatório da CPI FUNAI e INCRA 2 pretendem inviabilizar e cercear o exercício da atividade científica e profissional junto a populações secularmente subalternizadas, expropriadas e exploradas da sociedade brasileira, tentando transfigurar o compromisso ético que deve pautar qualquer investigação científica em pauta ideológica a serviço de interesses fraudulentos quando basta examinar a história da CPI e de seus protagonistas para identificar a natureza dos interesses econômicos e políticos que a impulsionam.

Expressamos a nossa solidariedade com os colegas antropólogos/os, com as lideranças indígenas e quilombolas, ativistas, procuradores/as federais e estaduais, servidores/as públicos da FUNAI, do INCRA e de outras instituições públicas ligados à defesa dos direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, acusados sem fundamento e injustamente no relatório desta CPI. Enquanto centro de ensino e pesquisa em Antropologia de excelência nacional e internacionalmente reconhecida, avaliamos que o conteúdo do Relatório Final da CPI FUNAI e INCRA 2 presta verdadeiro desserviço à sociedade brasileira ao atender interesses particulares e de segmentos empresariais específicos do país às custas da difamação infundada de profissionais, pesquisadores, procuradores, indígenas, quilombolas, dentre outros. Isto não pode ser aceito, num momento em que a ofensiva contra os direitos dessas populações avança no legislativo, judiciário e executivo, criando situações de abandono, impasses, conflitos e violações de direitos que certamente irão se traduzir em mais violência sobre os corpos, como no recente episódio do massacre dos índios Gamela no Maranhão.

Brasília, 11 de maio de 2017.

Comunidade Acadêmica do DAN